anuário antropológico
v. 46 • nº 3 • setembro-dezembro • 2021.3

A monstruosidade da humilhação: uma etnografia entre mulheres agredidas com agentes químicos

The monstrosity of humiliation: an ethnography among women who've been attacked with chemicals

DOI: https://doi.org/10.4000/aa.8915

María Elvira Díaz-Benítez

ORCID: 0000-0002-4007-7681

mariaelviradiaz@mn.ufrj.br

Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, co-coordenadora do NuSEX – Núcleo de Estudos em Corpos, Gênero e Sexualidade do mesmo Programa e diretora da Kalela, coleção de antropologia, da Editora Papéis Selvagens.

A partir de dados etnográficos levantados na Colômbia entre mulheres que tiveram seus corpos agredidos com agentes químicos, procuro argumentar que esse ato marca e amputa especialmente rostos como uma forma de deixar o sujeito atacado vivo, mas sub-humanizado, envergonhado e afastado do convívio social. Pretendo analisar os efeitos iniciais desse ato como desfazimento, isto é, como aquele que acomete e altera as relações e a própria percepção que o sujeito tem de si, como uma humilhação que procura ser perene e se esticar no tempo como uma cicatriz visível, como um instrumento de fazer monstros. Analiso também movimentos coletivos e subjetivos de recusa da humilhação.

Humilhação. Monstruosidade. Agentes químicos. Mulheres. Rostos.

Based on ethnography in Colombia among women who had their faces assaulted with chemical agents, I try to argue that this act marks and amputates especially faces as a way to leave the attacked subject alive, but sub-humanized, ashamed, and removed from social life. I intend to analyze the initial effects of this act as undoing, that is, as one that affects and alters relationships and the very perception that the subject has of himself/herself, as a humiliation that seeks to be perennial and to stretch through time as a visible scar, as a monster-making tool. I also analyze collective and subjective movements of refusal to be humiliated.

Humiliation. Monstrosity. Chemical agents. Women. Faces.

Em 2012 a Colômbia foi o país com os maiores índices de ataques com ácidos no mundo, diziam jornais nacionais. A perplexidade que essa asseveração me ocasionou levou-me a coletar, desde aquela época, notícias sobre essa agressão e a saber de sua alta incidência em Inglaterra, México, Índia, Bangladesh, República Dominicana, Paquistão, Estados Unidos, e, finalmente, a começar uma pesquisa mais direta em 2019, na Colômbia. Os dados apresentados neste artigo fazem parte dessa etnografia em andamento.

Desde as primeiras notícias de jornal na Colômbia, um viés é reiteradamente destacado: trata-se de vítimas majoritariamente mulheres e de agressores identificados como companheiros ou ex-companheiros sentimentais dessas mulheres, ou homens obcecados com elas, seja por uma tentativa de conquista fracassada ou por impossibilidades de aproximação. Quando as notícias mencionavam algum caso específico em que o ataque tinha sido perpetrado por um desconhecido da vítima, logo abria brechas para acreditar que esse desconhecido poderia ser uma pessoa contratada por um ex-companheiro ou por um homem obcecado. Como fosse, as reportagens apontavam (e ainda apontam) majoritariamente se tratar de violências de gênero, isto é, mulheres atacadas por sua condição de mulher e enredadas a relações em que roteiros de vingança, raiva ou retaliação seriam os motivadores. Expressões como machismo, patriarcado e violência de gênero estão sempre presentes nessas narrativas.

Procurando mais profundamente informações sobre esses ataques, consigo encontrar que eles, de fato, não são exclusivamente realizados contra mulheres, não são exclusivamente realizados por homens, e algumas notícias chamam a atenção aos riscos de se analisar o problema exclusivamente como um ato machista, mencionando que o número de homens que têm sofrido o mesmo tipo de ataque é alarmante[1]. Nada encontro nessas notícias sobre pessoas trans. No universo de ataques com ácidos, o jornalismo, assim como as políticas públicas, divide o mundo em homens e mulheres, privilegiando as mulheres como os sujeitos primários dessa situação.

Quero logo manifestar que concordo com a necessidade de que esse tipo de ataque não seja encapsulado como algo que homens fazem contra mulheres, ou exclusivamente como violência de gênero. No entanto, minha entrada etnográfica segue o viés de gênero devido a dois motivos principais. O primeiro: a tipificação desse ato em crime foi propiciada por políticas públicas ao redor da defesa da vida e da dignidade da mulher, como resultado de empreendimentos femininos e feministas. De fato, a visibilidade do crime na Colômbia, como em outros lugares do mundo (México, Índia, Bangladesh), tem tido rosto de mulher. Há uma minúscula, quase nula participação de homens nos programas de recuperação que vêm sendo incentivados pelo Estado colombiano, mesmo que estes sejam abertos para eles, e tampouco têm sido criadas narrativas estabilizadas a respeito dessa violência entre ou para homens[2]. Segundo, os trabalhos de refazimento da vida de que tive notícias são realizados em e através de uma rede de mulheres por meio de diversas tarefas de cuidado. Contudo, ao longo do texto tentarei ir além de explicações de gênero ao questionar o ataque com agentes químicos em si mesmo.

1 Ver, por exemplo: https://www.las2orillas.co/hay-456-hombres-en-colombia-que-tambien-son-natalia-ponce/

2 Nas notícias a respeito dos Estados Unidos e da Inglaterra, é comum a associação entre os ataques com ácido e o ódio racial, e nos casos mexicano e colombiano são mencionadas situações de retaliação entre grupos criminais e modalidades de delinquência comum.

Reúno 13 entrevistas em profundidade realizadas com mulheres que viveram a experiência do ataque, agentes de saúde – dois médicos cirurgiões, uma fisioterapeuta, uma psicóloga – e uma trabalhadora social que tem atuado diretamente na recuperação dessas mulheres. Tive, ainda, a oportunidade de dialogar informalmente com estudantes de Direito que dedicam suas pesquisas à análise dos seguimentos da Lei que existe na Colômbia para penalizar o que hoje é considerado um crime, e com profissionais associadas à Secretaria da Mulher, entidade que possui uma frente de trabalho destinada a combater violências de gênero.

Hoje, na Colômbia, existe a Lei 1639 de 2013, "por medio de la cual se fortalecen las medidas de protección a la integridad de las víctimas de crímenes con ácido y se adiciona el artículo 113 de la Ley 599 de 2000"[3]. Antes dessa Lei, os ataques com ácidos eram configurados como "lesiones personales". Posteriormente criou-se a Lei de Vítimas de Ataques com Ácido, a Lei 1773 de 2016, ou Lei Natalia Ponce de León – mulher cujo caso tem sido um dos mais emblemáticos na Colômbia –, que levou ao endurecimento das sanções e à tipificação do ato como delito autônomo, eliminando benefícios para o agressor, como a suspensão condicional da execução da pena[4].

Cheguei a esta temática em meio a um projeto acadêmico mais abrangente em torno da categoria *humilhação*[5]. E dentro dessa análise, venho interpretando os ataques com agentes químicos como um tipo de experiência extrema que revela a humilhação em seu sentido mais forte, como o desnudamento do humano, como uma desqualificação que atua no âmbito moral, simbólico e psicológico. Defenderei que o ato de marcar e amputar rostos age no sentido de deixar o sujeito atacado vivo, mas sub-humanizado, envergonhado e afastado do convívio social. Assim, analisarei os efeitos iniciais desse ato em termos de *desfazimento,* isto é, como aquele que acomete e altera as relações e a percepção que o próprio sujeito tem de si, como uma humilhação que procura ser perene e se estender no tempo como uma cicatriz visível, um instrumento de fazer monstros.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresento as experiências das mulheres que viveram os ataques dando ênfase ao peso no dispositivo de gênero, nas relações e situações em que as agressões aconteceram, e nos processos subjetivos e morais que estas desencadearam. Na segunda parte, debato a desfiguração/amputação como uma prática social e histórica que integra as mais diversas gramáticas das violências excessivas contra o corpo. Finalizo o artigo apresentando movimentos de recusa da humilhação que as mulheres realizam por meio de trabalhos emocionais que nomeiam de resiliência, e que lhes permite criar forças e formas de reabitar o mundo.

O ataque, as relações e o imprevisto

Quando Margarita[6] chegou ao Hospital Simón Bolívar, já havia passado uma semana internada na Clínica de Ocidente, onde lhe prestaram os primeiros auxílios e esteve entubada sob sedação, sem recobrar a consciência. É comum que pacientes atacadas com agentes químicos sejam encaminhadas ao Simón, não

3 Lei completa em: https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=53627

4 Lei completa em: https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/LEY%201773%20DEL%206%20DE%20ENERO%20DE%202016.pdf

5 Ver Díaz-Benítez (2015, 2019).

6 Todos os nomes utilizados no artigo são fictícios, à exceção de Natalia Ponce de León, Jonathan Sánchez e Gina Potes, devido a que seus casos foram enormemente midiáticos e as lutas de ambas as mulheres deram origem às Leis acima mencionadas. Os nomes de profissionais da saúde e dos hospitais também são verdadeiros.

apenas por ser hospital reconhecido no tratamento a queimados, mas porque ali trabalham algumas das personalidades mais célebres na Colômbia nesse tipo específico de atendimento, como o doutor José Gaviria, que tem escrito diversos artigos e sido fundamental para a criação de um protocolo que hoje tem aplicação em todo o país.

Era 2013. Margarita tinha 19 anos e uma filha de dois com Bernardo, seu primeiro e único namorado até então. Foi Bernardo que a levou ao hospital, prestou os primeiros depoimentos e quem posteriormente precisou avisar a seus sogros porque somente um familiar de sangue poderia assinar o encaminhamento a outro hospital. "Essa noite quase não termina", me disse Margarita a respeito do episódio que acabou com uma boa dose de ácido derretendo o lado direito de seu rosto, pescoço, ombro e mão. Mas Margarita também me disse "Essa noite quase não termina" quando me relatou outra briga que teve com Bernardo devido a uma crise de ciúmes dele, despertada por um comentário elogioso que um amigo fez a ela pelo Facebook. Era geralmente à noite que os pesadelos se tornavam reais, após ele voltar da rua desgostoso pelo trabalho, a vida, ou "alto" pelo consumo de álcool. Entre chutes e socos que ele lhe propiciava no corpo inteiro e na cabeça, aos quais ela apenas conseguia reagir, dois anos de convivência se passaram. A mãe do Bernardo, morando próxima do casal e sendo testemunha da ira de seu filho, decidiu oferecer-lhes ajuda, criando a menininha. A família de Margarita tinha se afastado severamente, após descobrir a gravidez da adolescente. Sem laços familiares nem dinheiro, e com sentimentos muito fortes por seu marido, Margarita se sentia unida a Bernardo como única possibilidade de vida. Várias vezes perdeu a consciência em meio às agressões, e durante os dias, várias vezes pensou em se suicidar. É por isso que quando ocorreu "o evento" – como ela chama ao momento em que o ataque aconteceu –, ela não tinha plena consciência da realidade. De fato, quando narra aquela noite, ela ressalta que não tem certeza até onde suas lembranças são reais e até onde são produto de sua imaginação. Ela logra recordar até certo ponto, depois vem apenas *flashes*. Bernardo disse a todo mundo que ela ameaçou se matar engolindo o ácido e que ele tentou salvar sua vida, mas que foi no momento do forcejo que o conteúdo do frasco esbarrou contra o rosto. Essa foi a versão que recebeu a polícia, os enfermeiros e médicos, e as famílias. Mais ainda, essa foi a versão que Margarita escutou e passou a repetir a si mesma e aos demais, quiçá porque sabia que era perfeitamente viável, quiçá porque de fato nada recordava, quiçá porque no fundo ainda queria guardar um halo de confiança em Bernardo.

Só dois anos depois do ataque, quando por acaso encontrou as folhas do prontuário médico de seu primeiríssimo atendimento e nele leu um testemunho em que Bernardo assegurava que naquela noite ela foi vítima de um surto psicótico, batendo a si mesma contra as paredes até ferir sua testa e ameaçando pular pela varanda, ela soube que ele tinha mentido e que muito provavelmente a história do forcejo também era irreal. Ela ainda acredita que é possível que tenha ameaçado engolir o líquido, e acha que se o fez provavelmente foi para convencê-lo de parar com o espancamento, mas tem absolutamente claro que o sangue em sua roupa e

nas paredes tinham sido ocasionado por ele. Afinal, ela conseguiu lembrar, "essa noite quase não termina", como tampouco quase termina uma outra ocasião em que ele jogou o carro de ré contra ela dentro da garagem da bodega em que ambos trabalhavam e pisoteou suas mãos com o pneu traseiro, parando a agressão apenas porque um colega acudiu ao escutar os gritos.

Eu conheci Margarita através de Liliana, mulher que sofreu o ataque no começo de 2006. Tinham finalizado as festas natalinas, para as quais Liliana veio do país vizinho em que morava, a fim de visitar seus pais e familiares. Uma tarde, enquanto caminhava perto de sua casa, dois sujeitos desconhecidos jogaram o líquido de um pote em seu rosto e desapareceram de cena, acelerando o passo. Como o líquido caiu de modo frontal diretamente nos seus olhos, Liliana se jogou ao chão enceguecida e confusa, sem entender o que acabava de acontecer. Foi socorrida por vizinhos de seus pais, que avisaram ao restante da família e a levaram rapidamente ao hospital. Tinha 22 anos à época. Ela sentia que a pele ardia, mas não sabia explicar o que tinha lhe acontecido: "me jogaram algo na rua", esclarecia. Ao chegar à emergência, no hospital mais próximo, seu atendimento não foi imediato. Mesmo gritando e chorando, havia outras situações "visivelmente mais graves" e que pelo fato de envolverem sangue, eram percebidas como prioritárias. Reconstruindo os fatos com a ajuda de seus acompanhantes, Liliana diz que mais ou menos duas horas se passaram até ser vista por um médico – "minha maior dificuldade foi convencer ao porteiro de que eu estava grave" –, e uma vez atendida pelo profissional, ela continuava sem saber explicar o que tinha acontecido.

O químico, me explica, não carcome primeiro a pele. Ele atua de dentro para fora. Numa situação como essa, a briga é contra o tempo. A cada segundo que se passa, as possibilidades se desvanecem. Naquele momento, seus ossos já tinham sido atingidos, assim como grande parte de seus músculos faciais. A pele tinha um tom verde e já começava a se desmanchar, suas pálpebras se fecharam, seu nariz e bochecha direita derreteram. Liliana, 14 anos depois, me disse continuar sem saber por que isso lhe aconteceu; se era uma pessoa que não tinha inimigos, por que alguém almejaria desfigurá-la?

Por que fez isso? Quem foi? Foram também perguntas que se fez Natalia. Diferentemente de Liliana que até hoje nada sabe de seus agressores, no momento do ataque, a voz de seu agressor recordou a Natalia o altercado vivido com um morador de seu bairro que envolveu a briga de seus cachorros durante um passeio rotineiro. Esse episódio acontecido ao redor de 10 anos antes do ataque, aparentemente despertou no agressor um desejo de retaliação que o levou à consumação do crime em março de 2014. Foi o reconhecimento dessa voz o que permitiu que uma primeira identificação do homem, Jonathan, fosse feita, assim como sua captura. Este caso recebeu uma enorme atenção midiática na Colômbia e conseguiu mobilizar autoridades das mais diversas: desde diferentes organismos da entidade policial e do aparato judiciário, até a Presidência da República, que, na figura de Juan Manuel Santos, ofereceu uma recompensa de 75 milhões de pesos para quem prestasse informações sobre o vitimador. Após o ataque, muitas foram as versões oferecidas. Depoimentos de pessoas que conheciam o agressor, peritos em saúde,

advogados, jornalistas, e familiares da vítima passaram a disputar a "verdade" sobre as motivações da agressão. Um rapaz disse ter conhecido Jonathan em um centro de reabilitação de pessoas com adição às drogas onde este esteve internado durante quatro meses devido a seu consumo de heroína. Apesar de seu vício, explica o depoente, Jonathan era uma pessoa absolutamente normal que certamente devia ter consciência do que fez. Outro homem o teria conhecido em um centro de tratamento para pessoas com depressão, lugar em que teve conhecimento de seu diagnóstico de esquizofrenia. Nesse local, Jonathan teria falado sobre vozes que escutava e transmitiam mensagens que lhe causavam angústia e dor. Ambos os depoimentos coincidem em afirmar que o agressor de Natalia levava uma vida solitária, tinha problemas de socialização, desejava muito ter uma namorada, e possuía atitudes de ansiedade que faziam incômodo permanecer muito tempo em sua companhia. A narrativa da doença mental foi ativada pelo médico forense da Defesa durante o júri: Jonathan padeceria de esquizofrenia paranoide, e foi em suas alucinações que a figura da Natalia se configurou como um ser que representava emoções hostis. Os advogados da acusação reprovaram a narrativa da doença mental por acreditar que essa poderia ser uma jogada para direcionar as emoções coletivas e o júri no sentido de emitir não uma sentença penal, mas um cumprimento de reclusão obrigatória em um centro psiquiátrico. Esquizofrenia, insistia a acusação, não faz com que obrigatoriamente o sujeito perca consciência de seus atos, nem o afasta da realidade. Os familiares de Natalia disseram que após o conflito com os cachorros, Jonathan continuou a assediá-la, chegando, inclusive, a fazer um grafite insultante no bairro em que ambos moravam. Nas mídias se disseminou a ideia de que o rapaz há 10 anos desejava realizar o ataque, e levantaram a hipótese de que sua obsessão tinha base em um interesse erótico-afetivo não resolvido.

Em depoimento, o agressor confessa que pensou em cometer assassinato, para o qual desejou obter uma arma de fogo. Contudo, mudou de ideia e comprou o químico alguns meses antes do atentado. Esse planejamento do ato; o fato de que o dia do evento se apresentou ao edifício em que morava a mãe de Natalia, que ela visitava diariamente, e se identificou frente ao porteiro como Bernardo Londoño, ex-namorado da vítima, visando que ela descesse a seu encontro ou autorizasse sua entrada; o fato de que diversas câmeras fisgaram imagens do percurso que ele fez a pé desde sua casa carregando nas mãos o recipiente com o ácido; e a frieza de sua atitude no momento da captura policial, levaram à interpretação de que não apenas havia plena consciência, mas também uma premeditação cautelosa de como executar o ato. Jonathan recebeu uma condenação de 21 anos e 10 dias por tentativa de homicídio qualificado.

Quando ele jogou o químico diretamente no rosto, ela cai ao chão. As imagens mostram-no inclinado sobre o corpo, espalhando o líquido e sua rápida fuga. Ela narra um ardor insuportável, sua perda imediata de visão, sentir sua roupa se despedaçando e troços de pele se derretendo. Assistida pelo porteiro, sua mãe e vizinhos que acudiram aos gritos, ela tomou banho para retirar o líquido de seu corpo e partiu, se deparando com um longo engarrafamento, a caminho do hos-

pital. Aí começaria uma longa trajetória de recuperação com cirurgias de reconstrução, enxertos, terapias de restauração de capacidades funcionais, longas doses de morfina, e algumas sequelas durante esse período, como a perda de mobilidade de uma mão por bloqueamento de um nervo.

As experiências de Liliana e Natalia se aproximam entre si em relação à imprevisibilidade do ataque. O imprevisto e o aleatório se conjugam, oferecendo uma aura de fatalidade muito específica a essas experiências. Muito diferente foi o caso de Alicia, que foi atacada por seu companheiro dentro de casa, em um momento que ela carregava sua bebê no colo. Ou de Rita, a quem seu marido e pai de seus filhos agrediu quando ela finalmente tomou forças, depois de muitos anos de violência, para expulsá-lo de casa. Ou de Claudia, que viu seu corpo ser atacado com gasolina, ateado rapidamente com o fogo do isqueiro de seu marido e apagado por ele mesmo após o tempo que ele achou que o dano era suficiente.

Todo massacre, diz o sociólogo alemão Wolfgang Sofsky (2006), é sempre o mesmo, possui naturezas idênticas. O que o autor aponta é que independentemente dos motivos que geraram essa violência excessiva, o comportamento dos assassinos num massacre é sempre o mesmo: "a uniformidade do massacre, que não tem a ver com os objetivos, mas com a dinâmica mesma em que ele se desenvolve, que é universal" (*Ibid.*, p. 159, tradução minha). Analisando as narrativas que obtive sobre os momentos em que os ataques se apresentaram entre as mulheres que conheci, posso concordar com o autor: o comportamento dos algozes é idêntico, seus modos de execução, seu assalto sobre o corpo vitimado, e sua atitude posterior de fuga – pois mesmo quando permanecem com as mulheres, negam seu ato ou criam mecanismos para o silenciamento delas a respeito de sua responsabilização. Contudo, os sentidos que as mulheres dão aos ataques variam profundamente a depender da relação que possuem com o algoz, das circunstâncias em que o ataque se deu, e de acordo com os atos posteriores que decorrem em processos mais ou menos eficazes de recuperação, os quais, por sua vez, são determinantes das possibilidades de refazimento da vida. Para Margarita, Alicia, Claudia e Rita, o ataque é um ponto alto em uma cadeia de agressões que elas já viviam em seus relacionamentos. Para Liliana e Natalia, o ataque é interpretado como uma jogada fatal do destino, aleatório, quase kármico.

Assim, acredito que é importante interpretar quando o ácido é um evento crítico daqueles que criam um antes e um depois, e viram o mundo de cabeça para baixo, que é imprevisto e responde ao azar (por que eu?), assustadoramente fortuito, e impossível de imaginar até no pior dos pesadelos. E quando o ácido é um evento monstruoso, álgido, horroroso, mas nem por isso, inesperado. O ácido em histórias como aquela da Margarita é um ataque mais, sem dúvida o de maior radicalidade e de sequelas peremptórias, mas mesmo assim, mais um em um leque de agressões que o corpo já conhecia. Bernardo era seu marido, o pai de sua filha, seu mundo num momento em que a rede familiar estava enormemente frouxa. E a queimou num momento de briga rotineira que se extrapolou. Talvez por isso, ela acreditou ou quis acreditar na história que ele contou, pois esta era razoável dentro do repertório da relação. Talvez por isso, ao sair do hospital e repetindo

a si mesma que ele sempre seria o pai de sua filha, com ele voltou. Desconheço detalhes miúdos da história matrimonial de Claudia, até porque nas nossas conversas ela sempre preferiu se centrar na história de sua recuperação. Mas soube pela médica e assistente social que a acompanharam após o evento que seu marido sempre estava presente em cada consulta e terapia, precipitando-se a responder perguntas que a Claudia eram dirigidas, e se mostrando profundamente triste e preocupado pelo "acidente" que sua esposa sofreu. Muito tempo se passou para que Claudia "confessasse" em um contexto de atenção psicológica as verdadeiras circunstâncias de sua desfiguração.

O imprevisto, de outro modo, cria uma sensação de inimigo sem rosto e propicia uma sensação de constante temor a qualquer um. Liliana, até hoje, tem medo quando, caminhando pelas ruas, alguém se aproxima dela com uma garrafa ou um copo nas mãos. Na verdade, qualquer objeto que alguém porte e ela não consiga identificar lhe causa medo, a ponto de, às vezes, paralisá-la e obrigá-la a mudar de calçada. Em sonhos, me comenta, vê os contornos de seus agressores, mas nunca os identifica, diz que sempre tem sentido que seu algoz está próximo e sabe tudo sobre sua vida.

Em ambos os contextos, estão presentes as ameaças. Para os casos sem rosto fixo, existe a ameaça de que o agressor volte a continuar sua agressão ou que possa afrontar contra algum membro de sua família. A ameaça toma outras cores nas narrativas das mulheres que sofreram os ataques por companheiros ou ex-companheiros sentimentais. "Se não é minha, não será de ninguém", "vai lembrar de mim", "cada vez que te enxergues, vá lembrar do que me fez" ou "vai ver o que rola se me abandonar", existem nessas relações como prenúncios que oferecem indícios de que a intenção não é matar, mas deixar nelas uma marca permanente e visível que prolongue no tempo o efeito da retaliação. Por sua vez – e esta é a análise mais comum nos médios de comunicação, nas leituras feministas e entre formuladores de políticas públicas –, ao acometer a beleza e desfigurá-la, o agressor procura eliminar as possibilidades de que esse corpo continue a estabelecer relações afetivas e sexuais com novos parceiros. Esta percepção é também comum entre as mulheres que associam o tipo de ataque e ameaças que sofreram a comportamentos possessivos, ciúmes constantes e atos que reiteram, por parte de seus homens, o desejo de que as mulheres permaneçam dentro de casa e encarregadas dos trabalhos domésticos. Se seguirmos este caminho de interpretação, entendemos que o ataque com ácido denota um desejo de posse, acontecendo dentro de dinâmicas relacionais mais amplas de rebaixamento e afastamento do mundo e de si. Possuir implica incentivar no sujeito "possuído" sentimentos de desapropriação de si, implica impactar sua subjetividade ao ponto de fazê-lo acreditar que não se pertence. Em outro trabalho (Díaz-Benítez, 2015), associei o desejo de posse à humilhação. A partir da análise de representações de fetiches de humilhação extrema, eu disse que tais atos eram possibilitados por uma organização relacional hierárquica em que um membro ou grupo ostenta o poder, o domínio e a posse. Em se tratando de relações afetivas sabemos que atos de posse e dominação não acontecem obrigatoriamente pelo exercício de poder vertical do um sobre o outro,

mas por gramáticas relacionais tensas em que agressões, violência e humilhação existem como modos de negociação e de comunicação em que se borram os limites do abuso e do consentimento (Gregori, 1993; Díaz-Benítez, 2019; Fernandes *et al.*, 2020). Sabemos também que existem experiências da vida em par em que, em nome do amor, sujeitos se engajam com regozijo em situações de submissão e de auto-humilhação, seja porque enxergam esta posição como uma espécie de virtude a partir da qual encontram sentimentos de realização; porque fazem uma positivação ao relacioná-las com ideias sobre sacrifício e família; porque se deparam com certo bem-estar emocional ao viver situações de obediência; ou porque há uma introversão prazerosa da hierarquia, entre outras opções.

Mesmo nestas últimas circunstâncias, a vivência de possuir ao outro, ou pertencer a outro implica um despojamento da vontade. E em repertórios afetivos, este ato não raramente é pautado por roteiros socioculturais de gênero que demarcam divisões entre os corpos do poder e os corpos para os quais o poder é exercido. Perda de controle de si, incapacidade de tomar decisões, baixa ou nula autoestima aparecem com frequência nas narrativas das mulheres, tanto para descrever suas relações afetivas caracterizadas por experiências de agressão e humilhação como para falar a respeito de suas atitudes diante da vida logo após o ataque. Percebo um fio que une emoções e experiências no antes e no depois do evento crítico delineado por circunstâncias de rebaixamento. Antes, porque as humilhações vividas dentro de casa para muitas tiveram o efeito de debilitação moral e emocional. Depois, porque a agressão contra o corpo e a desfiguração do rosto ocasiona sentimentos de vergonha e de humilhação frente à interação interpessoal, especialmente em âmbitos públicos. Em ambos os casos, ofensas, ameaças e humilhação têm a capacidade de alterar o estatuto social dos sujeitos.

Quando comecei a acumular notícias sobre ataques com agentes químicos no mundo, me chamou a atenção a reiteração da palavra "humilhação" nas narrativas: "As pessoas me apontavam na rua, os homens me humilhavam. Achei que ninguém iria me amar", diz Katie Piper, apresentadora britânica que foi queimada por seu ex-namorado[7]. Entre as mulheres que conheci, inclusive entre aquelas que não possuíam cicatrizes tão visíveis ou passavam por processos cirúrgicos até o momento bem-sucedidos, após o ataque passaram por longos períodos em que se sentiam impossibilitadas de se mobilizar, em que sentiam que as sequelas psicológicas de seus relacionamentos e do ataque eram demasiado profundas. Antes e depois se enfrentaram com "palavras que incapacitam", como Rita expressou: "você sem mim não serve para nada e assim como ficou muito menos", "olhe como você ficou, que homem vai te querer", escutou seu ex-marido dizer.

7 https://extra.globo.com/mulher/apresentadora-queimada-com-acido-por-ex-namorado-comemora-maternidade-lanca-novo-livro-13634202.html

Ameaças, insultos e ofensas integram um leque de formas de enunciação que operam efetivamente em função da humilhação. Inspirados em J. L. Austin e sua teoria dos atos performativos (1962), muito já tem sido escrito sobre o insulto e a injúria em contextos de desprezo de gênero e sexualidade (Haritaworn, 2010; Almeida, 2015). A este respeito, Didier Eribon (2008, p. 29) diz: "A injúria produz efeitos profundos na consciência de um indivíduo pelo que ela diz a ele: 'Eu te assimilo a', 'Eu te reduzo a'". Fanon (2018), entre diversos outros autores, tem falado

sobre os efeitos psíquicos da ofensa racial. As ideias sobre a *interpelação* de Althuser (1985) também têm originado caminhos de interpretação para a análise das subjetividades, que, no caso de Judith Butler, é mais pontualmente desenvolvida em termos de reconhecimento (2004a). Em *Linguagem, poder e identidade*, Butler (2004b) considera a injúria como ato linguístico que possui força perlocucionária (isto é, efeitos em quem recebe a mensagem) a depender das palavras e dos modos da elocução. Se os enunciados não apenas dizem, mas fazem, seguindo Austin, eles se configuram através do tempo nas repetições ritualizadas. Assim, uma ofensa se materializa como ação no instante de sua enunciação e simultaneamente extrapola esse instante por evocar um passado e um futuro, nisso consistindo sua iteração.

O que me interessa aqui destacar é o trabalho psíquico e subjetivo da humilhação ou o quê a humilhação como rebaixamento é capaz de fazer no sujeito quando submetido a lógicas de repetição que derivam em introjeções da inferioridade. Daí é possível extrair alguma inteligibilidade para a permanência das mulheres em seus relacionamentos, inclusive após o ataque no caso de algumas, e em ciclos de violência. Como me disse uma mulher com a qual conversei em outro contexto de pesquisa: "eu realmente acreditei que não era ninguém e que não tinha aonde ir".

Do ato de fazer monstros

O que conhecemos como monstro tem respondido a diversos significados ao longo da história. Desde a Antiguidade, essas figuras disformes e híbridas (entre o humano, animal, vegetal, demoníaco, mineral) têm habitado os imaginários sociais e sido objeto de repulsa e fascínio, de riso porque associadas ao ridículo e simultaneamente de medo e terror quando seus corpos foram relacionados com o diabo e a malignidade, esta última especificamente a partir da Baixa Idade Média (Kapler, 2004; Leite Jr, 2012). Se no século XVIII se privilegiou um entendimento sobre a "monstruosidade natural", isto é, anomalias biológicas evidência de uma desordem da natureza que elencava corpos ambíguos e deformes como hermafroditas e siameses, apreendemos com Foucault (2001), foi o século XIX que dera passo à "monstruosidade de comportamento" ou anomalias morais sobre as quais poderes psiquiátricos e jurídicos operariam. Mas as identificações entre biologia e monstruosidade não foram apagadas no XIX, o que fica claro na proliferação de espetáculos de aberrações ou *freak shows* (como foi o caso emblemático de Joseph Merrick, mais conhecido como *Homem Elefante*), os *zoológicos humanos* particularmente famosos na França e a organização de saberes e expertises no âmbito da teratologia em que se combinaram noções como raça, gênero, barbárie, doença e degeneração. Ainda hoje, a monstruosidade existe em manuais de anatomia como uma categoria que diz respeito a corpos e possibilidades de vida[8].

Os monstros vivem nos limites[9] e para eles têm sido legitimadas cultural e historicamente atitudes como curiosidade, repulsa, riso, nojo, ou pena, reações que criam e simultaneamente reproduzem a monstruosidade que rejeitam. Os monstros, historicamente, têm desafiado os limites da humanidade.

8 Ver, por exemplo, "Introdução ao Estudo da Anatomia", da professora Gabriela Placoná Diniz, associada ao Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo. Para além da *normalidade*, temos as *variações anatômicas*, que são diferenças orgânicas do normal que não prejudicam em nada as funções ou o indivíduo; as *anomalias*, que são alterações morfológicas que diferem do normal e trazem prejuízo às funções corporais, porém sendo compatíveis com a vida; e a *monstruosidade*, que são alterações morfológicas que diferem do normal, deformam a construção do corpo, trazem prejuízo às funções físicas e são incompatíveis com a vida.

9 "[...] no limite do saber, no limite do humano, nos limites das terras conhecidas e socialmente reconhecidas (ilhas, fundo dos mares, países estranhos, regiões exóticas, 'periferias' e 'favelas'). Mas talvez o mais importante é que o monstro vive nos limites das categorias" (Leite Jr, 2012, p. 562).

Entendo o ataque com ácidos como um ato de *fazer monstros*. Quer dizer, uma ação que tem como finalidade retirar o sujeito atacado do plano da normalidade, delegando-lhe o espaço social relegado aos deformes, aos estranhos, aos patológicos. Monstruosidade pode parecer uma categoria pessimista para fazer referência a pessoas que sofreram ataques involuntários, intempestivos e cruéis contra seus corpos. Mas o que desejo argumentar é que se a sociedade sempre tem criado seus monstros, podemos pensar que técnicas da violência como a amputação e a desfiguração atuam no sentido de criar esse tipo de sujeitos. O ataque com ácido é um ato de fazer monstros que, em relação ao sujeito vitimado, não busca atentar contra a vida, mas contra a qualidade da vida, ou contra a possibilidade de uma boa vida. Seu intuito é desfazer sem que o desfazimento seja total, diminuir o ser, sem levá-lo à morte física. Sua procura é o definhamento emocional, e o rebaixamento moral é um de seus principais efeitos. Tal como os monstros, para quem foi atacado no rosto com ácido, reserva-se o isolamento e a solidão, a relutância e as sombras.

Se é verdade que não duvidamos da humanidade daqueles que tiveram suas fisionomias alteradas em situações de violência, também é verdade que a eles nos relacionamos com compaixão, sentimento que denota uma forma hierárquica de posicionamento interpessoal (Fassin, 2012). Diante de rostos desfigurados, a curiosidade ou a repulsa de quem observa pode ser vivida pelo sujeito de modo tão humilhante quanto aqueles olhares que não se sustentam e que timidamente se desviam, seja a razão de uma impressão incómoda, ou mesmo quando o motivo é o respeito.

Vergonha é uma resposta comum nas experiências. Vergonha de sair, de ser observada, de responder perguntas imprudentes. Por isso, é frequente que o afastamento do mundo levasse as mulheres que conheci a perderem sua autonomia econômica ou os recursos com os quais participavam do sustento familiar, o que não raro desdobra em sentimento de impotência. Passam a depender das relações mais estreitas e, algumas, como foi o caso da Liliana, vendem suas casas para cobrir o valor de suas primeiras cirurgias. Essas outras perdas que se somam às dores físicas contribuem a alimentar sentimentos de rebaixamento e a prolongar estados de perda de si. A vergonha é a fase pública da humilhação, como disse Martha Nussbaum (2006), e nas experiências que conheci, a vergonha assume amplos contornos, pois o ataque assaltou o rosto – base da apresentação humana no mundo e da construção da subjetividade – e junto debilitou outras capacidades funcionais.

"É como estar sequestrada em vida", me disse Rita, "me sentia encarcerada em meu próprio corpo, sentia que eu não valia nada", expressões que parecem acompanhar Jack Katz (2013, p. 235) quando disse que o humilhado se sente tão diminuído que o mundo inteiro parece olhá-lo de cima. A humilhação é um sentimento holista, considera esse autor, que ameaça tomar conta da pessoa, com a profunda compreensão de que ele não controla sua alma. A humilhação, diz Avishai Margalit (1998), transparece a significação de que a pessoa é sub-humana, ou um humano incompleto, como se faltassem partes ou aspectos importantes

daquilo que o torna humano num sentido mais amplo. Para quem perde o rosto e se afasta do convívio público, a humilhação se torna uma experiência extrema de desfazimento, um *estatuto do ser* ou estado social prolongado que impacta seus percursos e suas relações.

O que mais o ato de queimar corpos pode dizer para além do fracasso de relações afetivas e de modos de interação atravessadas pelas posições de gênero? Quando tento responder esta pergunta rapidamente, lembro-me do quanto a mutilação tem integrado o repertório de ações violentas na história sociopolítica da Colômbia, sendo exercida sobre corpos vivos ou mortos. Lembro também das diversas técnicas de tortura das quais temos notícias detalhadas por vivermos numa região que assistiu a várias ditaduras. Lembro-me das descrições de Roger Casement sobre o Congo e o Putumayo; lembro-me das descrições sobre o genocídio em Ruanda; lembro-me do muçulmano, aquele corpo definhado que lembrava aos que ainda sobreviviam ao holocausto alemão o estado ao qual iriam chegar (Agamben, 2000); lembro-me das técnicas de eliminação utilizadas por exércitos paramilitares e narcotraficantes nos mais diversos países; das tecnologias de castigo durante a escravidão. Enfim, lembro-me de como o suplício e a crueldade sobre os corpos são fios que unem a história da humanidade. Ataques com ácidos pareceriam integrar as gramáticas do *direito à mutilação* (Puar, 2017) e, tal como os massacres, exemplificam *teatralizações do excesso* (Blair, 2005). Neles, está implícito o desejo de penetração, o qual pode indicar um desejo de conquista, posse, rebaixamento ou um prazer pela dor em si, pelo sofrimento da carne. Acredito – como disse em outra análise sobre fetiches de humilhações extremas (Díaz-Benítez, 2015, p. 85) – que aquele que executa esse ato ou aquele que o desfruta não obrigatoriamente enxerga corpos generificados, nem corpos em sua integralidade, mas fragmentos (extremidades, rostos, cabeça, genitálias). A violabilidade se relaciona também à fragmentação. Quiçá isso responda em parte à pergunta que se fez a antropóloga Maria Victoria Uribe (1998, p. 8) em sua pesquisa sobre os massacres na Colômbia: "Como se explica a recorrência de práticas como despedaçar os corpos com uma motosserra?"

Penetrar evoca um prazer pela intimidade. Concordo com Sofsky (2006) quando contradiz as ideias sobre a necessária desumanização e distanciamento do outro para atacá-lo atrozmente, pois o excesso busca a proximidade, ou como diz Elsa Blair (2004, p. 169) a respeito de mutilar, "o assassino trabalha a mão e de perto". O próprio ato de atacar com ácidos, isto é, a substância em si penetrando o corpo e dele se apropriando, perpetua uma intimidade que logo atravessa o ser em sua subjetividade ao deixá-lo amedrontado, deprimido, monstro, humilhado. Há aqui uma fase muito íntima dessa humilhação: os ácidos como a tortura visam esticar a agonia, travar o tempo. Em palavras de Michael Taussig (2014, p. 97),

> [...] a mutilação corporal tem sua própria estética, assegurando que a memória seja eterna, como nos diz Nietzsche em *A genealogia da moral*: "quando o homem decidiu que tinha que deixar memória [...] nunca aconteceu sem sangue, tormentos e sacrifícios" [...] "as mutilações mais repugnantes

> (a castração, por exemplo)... tudo isso tem origem nesse instinto particular que descobriu que a dor é a ajuda mais poderosa à mnemotecnia".

Há ataques que acontecem pela consideração de um corpo, talvez, como sendo "demasiado humano". Em entrevista ao jornal *Las2Orillas*, Gina Potes, considerada a primeira mulher agredida com ácidos na Colômbia, comenta sobre o momento do evento: tocam a sua porta e uma mulher captura sua atenção perguntando-lhe por um endereço, distração que permite que um homem rapidamente jogue contra seu rosto o líquido e lhe diga: "quem mandou você ser tão bonita?"[10]. Não consigo, por questões de espaço, me deter aqui na temática das retaliações entre mulheres e em outras possíveis formas de interpretação das relações de gênero para além das mencionadas ao longo do texto. Mas trago esta experiência para de novo chamar a atenção à urgência de expandir os vieses de análise desta modalidade de agressão e de insistir sobre o fundamento do mesmo: trata-se de ato de mutilação dirigido especificamente contra a beleza. "O rosto é a minha identidade", "o rosto é a singularidade", "atacar a beleza é tirar o lugar que se ocupa na sociedade, é tirar a possibilidade de existir", ou "nunca mais serei bonita", foram expressões que escutei no trabalho de campo na voz das mulheres e de alguns profissionais que as circundam[11] .

10 Disponível em: https://www.las2orillas.co/gina-potes-la-primera-mujer-agredida-con-acido-en-colombia-transforma-sus-cicatrices-en-arte/

11 Sobre rosto e singularidade, ver Lévinas (1980).

Para finalizar, desejo dizer que esta, entre outras violências exacerbadas, tem a capacidade de fazer monstro em um sentido duplo. Se pensarmos nos agressores, aceitamos que parece ininteligível qualquer reação moral para eles além do desprezo. A experiência do Jonathan, por exemplo, e os chamados sobre sua possível perturbação mental pode abrir portas para formas de compreensão ou de justificação do ato – o qual produziria efeitos jurídicos – e para sentimentos de comiseração. Mas sentir empatia com as narrativas sobre uma provável doença, de um modo ou outro cria em nós um impasse moral, afinal, louco ou não, seu atentado evoca a maldade em sua forma mais crua. Daí que corriqueiramente e com repulsa chamemos de monstros aos assassinos em série, pedófilos, torturadores, polícia militar abusiva e a todos aqueles que exerçam a sevícia sobre os corpos de outrem – esses atos absolutamente humanos, diria Sofsky.

A recusa da humilhação

O caminho etnográfico trilhado através de instituições como a Fundação Natalia Ponce de León e a Secretaria da Mulher, órgão da Administração Distrital e Bogotá, me levou a conhecer o trabalho dessas e de outras redes de apoio feminino, como a Fundação *Reconstruyendo Rostros*, e a *Renacer*, que foram criadas por mulheres que tinham vivido dita experiência de agressão, congregando mulheres nas mesmas condições de diferentes lugares do país e conseguindo auxílios dos setores público e privado para a criação de oficinas de desenvolvimento psicossocial, ações de inserção laboral e acompanhamento das aplicações da Lei 1773 e anteriormente da 1639. Essa incursão me levou a dialogar com mulheres que vêm participando, há alguns anos, de uma ou de várias dessas redes, graças às quais

não poucas deram início a suas trajetórias cirúrgicas. Foi a partir desses espaços que muitas delas manifestaram terem inaugurado processos de recuperação da autoestima, e de fortalecimento emocional para enfrentar a vida após o ataque. Noções como empoderamento, e a reiteração de categorias como machismo e patriarcado se conjugam nesses discursos e pedagogias a narrativas sobre a necessidade do renascimento através do perdão e da resiliência. É porque a resiliência tem um peso profundo nas trajetórias que conheci que me permito interpretá-la como a fase adversa da humilhação, ou como a aposta que possibilita, para essas mulheres, lutar para abandonar, aos poucos, os sentimentos de inferioridade, o silêncio e o afastamento do mundo. Frente ao ato de fazer monstros implícito na desfiguração, as "sobreviventes" ou "resilientes" têm respondido com esforços vagarosos e incertos de cura.

Quando Margarita viveu o episódio em 2013, já tinha sido criada uma rotina médica para pacientes queimados com agentes químicos. Ao chegar ao hospital, seu corpo foi lavado, as roupas retiradas, as primeiras atenções sobre sua pele foram dadas. Com o passar dos dias, recebeu as primeiras cirurgias. Nos meses que passou internada, fez fisioterapia cotidianamente, recebeu massagens sobre a pele que evitaram que seu olho se fechasse definitivamente e que o lado direito de sua boca continuasse a escorregar. Recebeu os bloqueadores, filtros e cremes necessários, as máscaras de látex, as de acrílico e as férulas que devia colocar no rosto. Aprendeu a fazer as caretas que iriam aos poucos descomprimindo a pele e esticando as cicatrizes. Margarita conheceu Yinna no hospital, a profissional que cuidou dessa parte de sua recuperação.

Com todo esse processo, a recuperação do rosto de Margarita estava garantida e só era questão de tempo e dedicação. Isso era possível também pelo fato de que o tipo de químico que a atingiu é um dos menos agressivos, mesmo sendo de alta periculosidade. Em que pesem os bons encaminhamentos, algo andava muito mal. Ela não conseguia falar, e engolir se tornou doloroso. O tempo que passou entubada lhe causou uma lesão na traqueia, questão que a levou a novas e sucessivas hospitalizações em clínicas onde a atenção era de enorme precariedade. Enorme. Margarita diz que durante semanas recebia basicamente dexametasona e corticoides, que por sua vez lhe ocasionaram a síndrome de *cushing*. Com o prognóstico de estenose traqueal e uma ferida profunda no ducto respiratório, Margarita não conseguia andar, se mexer nem fazer nada sem se fatigar, e novamente voltou a ser completamente dependente de Bernardo. Foi devido a esta sequela que a aproximação com sua família se deu, e com este apoio, pouco a pouco, veio a separação de seu marido e a decisão de levantar contra ele uma queixa policial.

O refazimento do corpo de Margarita precisou de duas cirurgias na bochecha, boca e pescoço, seis na pálpebra direita e dez na traqueia. As cirurgias nas cicatrizes do braço e da mão ficaram para depois. Sete anos depois, ela ainda não as fez. Apesar das notáveis melhorias em seu rosto e respiração, Margarita opina que somente voltou a viver em 2018, quando foi capaz de recuperar os cuidados de sua filha e quando conheceu o grupo de mulheres onde, como ela disse, "se empoderou". Foi Yinna, a fisioterapeuta, que a remeteu a esse grupo, falou do trabalho

realizado pela Secretaria da Mulher, contatou Clara, uma esteticista que oferecia gratuitamente micropigmentação de sobrancelhas para mulheres queimadas, e lhe apresentou a Ivana e seu marido, dois tatuadores que também fazem gratuitamente sua arte sobre cicatrizes localizadas em partes do corpo atingidos pelos químicos ou afetadas pelas camadas de pele retiradas para os enxertos. Nesse circuito conheceu Diana, uma dançarina que lhes ofereceu seu saber como forma de terapia e de reencontro com o corpo. E foi nessas oficinas que recebeu atenção da psicóloga, conheceu mulheres com histórias similares à sua, e como ela diz, "entendi que eu não podia deixar que nenhum homem me tratasse assim".

Esta é a história de maior sucesso que conheci no campo que até agora fiz, e que me permite falar a respeito de modos de vazão da vida e de negação da monstruosidade em um enredo relacional mais ou menos típico e num momento em que as políticas públicas de atenção médica e psicossocial aumentaram sua eficácia. Mas as lutas dessas mulheres são assombradas pelas histórias das várias que fracassaram e sucumbiram diante da dor, tirando suas próprias vidas ou se negando a sair das sombras. "Não aceitar perder o rosto" é o gatilho que acompanha longos processos de depressão, medo, e introjeção da monstruosidade, pois como me disse Rita, "a luta é contra o espelho, passei anos sem conseguir me enxergar".

Rita, como Liliana, sofreu o ataque em um momento em que sobre o ácido nada se sabia. Liliana sofreu uma lesão severa e mesmo após 14 anos, mais de 45 cirurgias e ao redor de 190 procedimentos, sua face continua necessitando de mais intervenções. Para substituir a pele perdida do rosto, foram realizados enxertos com pele retirada de outras partes de seu corpo, nádegas, costas e pernas. "Todo meu corpo tem cicatrizes, embora o ácido caiu apenas no rosto", me disse. E continuou, relatando:

> (…) me retiraram camadas grossíssimas, hoje em dia não se faz assim, eu devia ter usado um expansor em meu rosto e não essa capa grossa de pele que me tiraram da perna, eu e as mulheres que fomos atacadas antes dos protocolos fomos cobaias [...] A palavra "enxertos" para mim é muito difícil, muito dolorosa, e em meu caso minha luta tem sido para recuperar o funcional, nem se trata de ficar bela, porque eu fiquei com o queixo com retração para o pescoço e não o podia mexer, meus olhos eram fechados, já tive 10 cirurgias de pálpebras e tenho conseguido ter melhor visão. O ácido afetou minha lente ocular e mesmo que tenha usado medicamentos para isso, preciso de uma cirurgia que só pode ser feita quando tiver recuperado a totalidade de minhas pálpebras. Quando comecei os processos de cirurgia me disseram que o processo seria longo, de pelo menos 20 anos, já levo quatorze e está indo.

Salvar a vida, devolver a funcionalidade e restabelecer a autonomia do paciente eram a prioridade para a medicina que atendia à época esse tipo de ataques. Contudo, não poucas enfrentaram empecilhos das entidades promotoras de saúde para suas cirurgias, porque antes dos protocolos e das rotas de atenção que ori-

ginaram as Leis, os procedimentos não eram custeados pelo Estado, em grande medida por serem identificados como estéticos. “O que tem de estético querer ter um nariz para respirar, um ouvido para escutar, querer descolar o pescoço?”, insiste Liliana.

Mas para algumas mulheres que sofreram o ataque antes dos protocolos, poder ver, respirar, comer ou andar não lhes retirava sua fase monstruosa. Para elas, a sensação de retomar a vida só se completaria com a recuperação de seus rostos. Não se abraçam à promessa de recobrar seu semblante original, mas desejam um que possam olhar no espelho e levar para a rua sem serem alvo de olhares dissimulados, fofoquinhas, ou comentários maldosos e humilhantes.

Fernanda, outra das mulheres que conheci, esteve tão obcecada com cuidar de seu rosto e disponibilizar a ele toda sua dedicação na aplicação de cremes e realização de massagens e caretas, que descuidou de sua mão, também atingida por ácido, ao ponto que os dedos se colaram entre si. Daniela, que tinha sido queimada acidentalmente por agentes combustíveis, reconheceu sua fase monstruosa quando fez sexo com seu marido pela primeira vez após a experiência e durante todo o ato ele não abriu os olhos. À Ana, uma senhora que há mais de 30 anos sofreu o ataque pelo seu marido, a vida a obrigou a continuar sem lhe oferecer o tempo do refazimento. Pobre, vendedora de frutas numa praça pública de sua vereda de origem no interior da Colômbia, o ácido derreteu a pele de seu rosto colando-a à pele do ombro. Daí em diante perdeu o movimento da cabeça e mesmo com sua funcionalidade severamente prejudicada, precisou continuar a luta como já antes fazia. Afinal, precisava garantir o sustento de si e de seus filhos.

O caso da Ana me faz pensar que recusar a monstruosidade pode também significar um processo, não de reconstrução do rosto e dos movimentos, nem de deixar de ser observada com indiscrição ou pena, mas da aceitação da luz e daquilo que se tem, que é a vida cotidiana tal e como se conhece. Provavelmente a figura desfigurada daquela mulher dia após dia na mesma praça e nos mesmos horários deixaria de ser estranha diante dos outros, na medida em que se torna rotineira. A proximidade desfaria a monstruosidade, imaginei.

Tive esse pensamento porque me aconteceu que depois de horas de falar com as mulheres, eu já não enxergava mais seus rostos cicatrizados. Isso me aconteceu mais profundamente com Liliana. Me vi penetrada por suas palavras e invadida pela força que transmitia ao narrar sua luta pela vida. Liliana é a líder do grupo que se reúne ao redor das oficinas oferecidas pela Secretaria da Mulher. Dela escutei um belo discurso sobre a necessidade de trabalhar a dor, a frustração e a raiva. Ela repete para as mulheres que às vezes, as cicatrizes psicológicas são piores que as físicas e que é preciso fazer um “*click*” para tomar alguma atitude. Ela e Mariana, a psicóloga, insistem na necessidade de perdoar. Perdoar quem? Pergunto eu. E ela me diz: “perdoar é aceitar a vida e a condição que se tem e que não é possível mudar 100%, porque somente assim é possível recomeçar”.

Partir para a vida precisa de gestos de recusa da humilhação por meio de uma transformação das emoções, de suas intensidades ou de seus rumos. Para as resilientes, a raiva pelo agressor nem sempre deixa de ser raiva, mas esta não

mais pode continuar a ser paralisante, ao contrário, precisa tornar-se um motor para a ação. A figura na qual se deposita o perdão é mais difusa. Não são poucas as mulheres que se sentem culpáveis por aquilo que com elas aconteceu, pelo fato de terem permanecido em relacionamentos em que suportaram, por anos, diversos tipos de agressão. Nestes casos, o perdão, antes de tudo, insistem as terapêuticas, deve estar dirigido para si mesmas, pois a culpa, como a humilhação e o medo, é um sentimento que puxa para baixo e nega a possibilidade de reviravolta. Também é verdade que muitas mulheres se engajam em tentativas de perdoar o imperdoável, seja porque encontram em narrativas religiosas a pedagogia que inculca o perdão incondicional, seja porque há no passado uma história afetiva que as une a seus agressores que continuam a ser pais de seus filhos, seja porque, conheçam ou não ao agressor, conservar ódio e desprezo por eles é demasiado peso para suas almas. Acredito que aquilo que elas chamam de perdão possui contornos próximos daquilo que Rangel (2020) chamou de *conciliação fraturada* em sua pesquisa sobre famílias que lidam com um estuprador dentro de casa, isto é, "formas de vida que emergem quando fraturas relacionais existem, mas são remendadas, retorcidas e então novamente costuradas" (*Ibid., p. 2)*. Perdoar é também uma abstração dirigida à vida, ao destino, e ao passado.

Partir para a vida "precisa de perdão, de autoestima e de resiliência". "É preciso retomar as relações familiares, é preciso coletivizar o mal-estar para entender que não se está só", insiste Liliana. Foi ela que me disse que demorou quase uma década para entender que ela não é uma vítima, mas uma sobrevivente, e que prefere de se pensar como resiliente.

> A noção de vítima é importante porque denota que houve uma vulneração de direitos e que é necessário realizar ações para reestabelecer a vida. Todas nós fomos vítimas de um delito e o Estado tem que responder com políticas que nos acolham. Mas vítima não pode ser tornar uma identidade nem uma forma de existência. Agora propomos "resilientes", e com isso queremos dizer que não estamos apenas sobrevivendo à violência, nem estamos só existindo, mas estamos transformando nossas vidas, nos adaptando às novas condições e desde ali organizando novos projetos de vida. Ser resiliente significa tomar o que nos aconteceu e usá-lo como plataforma.

Resiliência, nestas narrativas, se fixa como um enunciado performativo feminista e simultaneamente existencial, assumido em sua face heroica. Esta categoria, explica Gutterres (2020), é comum em abordagens das políticas públicas, da geografia humana e da psicologia, e diz respeito a processos de resistência. Mas o significado do termo adaptado para o campo psi, ao qual o depoimento de Liliana adere, desdobra dos sentidos outorgados no universo da físico-química. Nesse registro, resiliência é "voltar à forma original depois de ser submetido a uma deformação elástica [...] [denota] uma característica de alguns materiais que deformavam após serem submetidos a fontes de calor; mas que, no entanto, eram capazes de voltar a sua forma original quando afastados dela" (*Ibid.*, p. 104).

Não há promessa de retorno à forma original para as pessoas atacadas com agentes químicos. A resiliência é a aceitação das mazelas da vida, mesmo quando traumáticas ou justamente por serem traumáticas, e o ato de se refazerem moralmente, construindo forças para sair da monstruosidade e imaginar um futuro. "Tu não vês que a obscuridade te mostra as estrelas?". Emocionada com essa metáfora, eu lhe digo: "se algum dia escrever sobre ti, assim se chamará o livro", ao que Liliana me responde: "não, melhor que se chame "Kintsugi". Nesse momento, precisei tomar meu celular e acessar rapidamente o google para saber que essa palavra em japonês significa "o valor e a beleza das cicatrizes", sendo uma arte que consiste na reparação de uma cerâmica quebrada colando os pedaços com pó de ouro, de prata ou de platina.

Liliana tatuou um kintsugi na cicatriz da perna de onde mais lhe retiraram enxertos e com ela levou várias mulheres a pintar flores e formas coloridas acima de suas peles lesionadas. Para elas, esse gesto criaria outra relação com seus corpos e aos poucos abriria espaço para novas possibilidades vagarosas de reconciliação consigo mesmas e com esse mundo afora que, após o ataque, insistiram em não habitar.

Recebido em 10/02/2021

Aprovado para publicação em 03/08/2021 pela editora Kelly Silva

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Lo que queda de Auschwitz. Homo sacer III. El archivo y el testigo.* Madrid: Pretextos, 2000.

ALMEIDA, Daniel Mazzaro Villar de. O poder da palavra e o insulto de gênero. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 8, p. 80-97, jun. 2015.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BLAIR, Elsa. Mucha sangre y poco sentido: la masacre. Por un análisis antropológico de la violencia. *Boletín de Antropología Universidad de Antioquia*, Medellín, v. 18, n. 35, p. 165-184, 2004.

BLAIR, Elsa. *Muertes Violentas. La teatralización del exceso*. Medellín: Iner; Universidad Nacional de Antioquia, 2005.

BUTLER, Judith. *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Síntesis, 2004b.

BUTLER, Judith. *Vida precaria. El poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2004a.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. O espetáculo da humilhação, fissuras e limites da sexualidade. *Mana*, v. 21, n. 1, p. 65-90, 2015.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. *Horizontes antropológicos*, v. 25, n. 54, p. 51-78, 2019.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2018.

FASSIN, Didier. *Humanitarian reason*: a moral history of the present. Berkeley: University of California Press, 2012.

FERNANDES, Camila; RANGEL, Everton; DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira; ZAMPIROLI, Oswaldo. As porosidades do consentimento. Pensando afetos e relações de intimidade. *Sexualidad, salud y sociedade*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 165-193, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas*: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Anpocs; Paz e Terra, 1993.

GUTTERRES, Anelise. As diferentes formas de resistir em um contexto de ameaça de remoção de moradias. *Ayé – Revista de Antropologia*, v. 2, n. 1, p. 100-121, 2020.

HARITAWORN, Jin. Queer injuries: the racial politics of "Homophobic Hate Crime" in Germany. *Social Justice*, v. 37, n. 1, p. 69-87, 2010/2011.

KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KATZ, Jack. Massacre justo. *In*: COELHO, Maria Claudia (Org.). *Estudos sobre interação*: textos escolhidos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 211-284.

LEITE JR., Jorge. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n.

2, p. 559-568, maio-ago. 2012.

LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito*: ensaio sobre a exterioridade. Lisboa: Edições 70, 1980.

MARGALIT, Avishai. *The decent society*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

NUSSBAUM, Martha. *El ocultamiento de lo humano. Repugnancia, vergüenza y ley*. Buenos Aires: Katz, 2006.

PUAR, Jasbir. *The right to maim*: debility, capacity, disability. Durham: Duke University Press, 2017.

RANGEL, Everton. Conciliação fraturada. Quando o estuprador está dentro de casa. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, e263204, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/DL9zbpYpkmSMxhJvbHbKrWH/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 18 ago. 2021.

SOFSKY, Wolfgang. *Tratado sobre la violencia*. Madrid: Abada, 2006.

TAUSSIG, Michael. *Belleza y violencia*: una relación aún por entender. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

URIBE, María Victoria. El modelo chulavitas vs tipacoques en Colombia. *In*: *Las guerras civiles de 1830 y su proyección en el siglo XX*. Memorias de la Cátedra Anual Ernesto Restrepo Tirado. Museo Nacional de Colombia, Bogotá, 1998. p. 211-221.

Anu. Antropol. (Brasília) v. 46, n. 3, pp.187-206. (setembro-dezembro/2021). Universidade de Brasília. ISSN 2357-738X. https://doi.org/10.4000/aa.8915